



Minha Vez

Klaus Kleber

Com o Maçel

Privatização, ímã e quebra-gálho

Como era previsto pelos analistas mais céticos, o "pacote" fiscal de novembro funcionou pela metade. A parte que dizia respeito ao corte de despesas do governo, contendo inclusive aquela fantástica promessa de demitir 30 mil funcionários, não funcionou. Mas a outra metade funcionou admiravelmente bem. Foi uma facada no peito do contribuinte, que rendeu 1,2% do PIB no primeiro trimestre deste ano.

Mas, mesmo com essa sangria, não foi possível cobrir o rombo das contas públicas. Partiu-se então para uma solução contábil. Como legado dos tempos inflacionários, o Brasil tem vários déficits públicos. Mas o que vale mesmo é o déficit nominal, que inclui as despesas astronômicas de juros sobre a dívida pública, e este saldo negativo chegaria a 6,18% nos doze meses terminados em janeiro. A brilhante saída foi considerar como receitas fiscais o total arrecadado, no período, com as privatizações. Com isso, o déficit nominal baixou para 4,27%, uma taxa bem menos assustadora.

E, para falar a verdade, o governo está certo. Se as receitas da privatização fossem destinadas a suprir a escassez de poupança na-

cional, de modo a criar um colchão para financiar um ciclo de desenvolvimento, aí, sim, pareceria um desvio. Mas, como todos sabem, a privatização está sendo usada para cobrir despesas correntes. E vai continuar sendo. Além dos R\$ 8,2 bilhões e picô que vai deixar a banda B, temos aí previstas as receitas da venda do Banespa, das 12 sub-holdings da Telebrás — três de telefonia fixa, oito de banda A e mais a Embratel. Isso sem falar nas privatizações das elétricas, que vão engordar os tesouros raspados dos governos dos estados.

O problema vai aparecer quando acabar o dinheiro da privatização. O economista americano C. Fred Bergsten, bastante afeito às coisas brasileiras, comentou certa vez que a situação do País só se tornará realmente grave quando a Telebrás tiver sido vendida. Enquanto houver estatais a vender, isso funciona como um ímã para o capital externo e um quebra-gálho para as contas públicas.

Não é bem assim. Transferida a Telebrás, ainda teremos outros ativos vendáveis, como a Petrobrás e o Banco do Brasil. E, depois disso, podemos penhorar, como nos velhos tempos, as receitas das alfândegas.